



2017

# RELATÓRIO E CONTAS

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.



O Relatório e Contas da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. foram aprovados em Assembleia-geral de 26 de abril de 2018.



## Índice

AGRADECIMENTOS .....	7
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA .....	8
RELATÓRIO DE GESTÃO .....	12
CONTAS DO EXERCÍCIO .....	37
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	42
1 Nota introdutória .....	42
1.1 Identificação da Entidade .....	42
1.1.1 Designação da Entidade .....	42
1.1.2 Objeto e finalidade .....	42
1.1.3 Sede .....	42
1.1.4 Designação da empresa mãe.....	42
1.1.5 Sede da empresa mãe .....	42
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	43
2.1 Disposições gerais .....	43
2.2 Derrogações às disposições do SNC .....	43
2.3 Comparabilidade com o ano anterior .....	43
3 Principais políticas contabilísticas .....	43
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras: .....	44
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes .....	44
3.3 Principais estimativas e julgamentos .....	51
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro .....	54
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas .....	54
4 Fluxos de caixa .....	54
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	55
6 Ativos fixos tangíveis .....	56
7 Acionistas/sócios.....	57
8 Impostos sobre o rendimento.....	57
9 Clientes.....	58
10 Estado e outros entes públicos .....	60
11 Outros créditos a receber .....	61
12 Diferimentos .....	61
13 Capital subscrito.....	62
14 Outros instrumentos de Capital .....	62

15	Reservas legais .....	62
16	Resultados transitados .....	62
17	Outras dívidas a pagar .....	63
18	Fornecedores .....	63
19	Vendas e serviços prestados .....	64
20	Subsídios à exploração .....	64
21	Fornecimento e serviços externos .....	66
22	Gastos com o pessoal .....	67
23	Outros rendimentos e ganhos .....	68
24	Outros gastos e perdas .....	68
25	Gastos / Reversões de depreciação e de amortização .....	69
26	Divulgações de partes relacionadas .....	69
27	Acontecimentos após a data de balanço .....	70
28	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração .....	71
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	72
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	76

## AGRADECIMENTOS

A execução do plano de atividades no exercício de 2017 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Aos nossos clientes sem exceção.
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- À Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A, nossa acionista;
- A RAM, em particular a Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, e à Secretaria das Finanças e da Administração Pública e os seus serviços, que nos ajudaram no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos.
- Os quadros da Companhia de Carros de São Gonçalo S.A, pelo esforço, empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos propostos.

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.

## **APRESENTAÇÃO DA EMPRESA**

A **COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A. (CCSG)**, seguidamente referida por CCSG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, composta por agregação de capitais públicos, tem como atividade o transporte coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

## **Órgãos Sociais**

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

PRESIDENTE António José Jardim Faria

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL Cláudia Patrícia Pereira do Couto Cardoso

VOGAL Susana Maria Florença Pinto Correia

### **FISCAL ÚNICO**

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. SROC nº.29

Representado por João Paulo Torres da Cunha Ferreira ROC Nº.956



## **VISÃO**

***“Ser a melhor empresa de transportes públicos interurbanos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”***

## **MISSÃO**

***“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, na sua área de atuação ”***

## **CULTURA**

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiencia pessoal, com o objetivo de criar valor às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da CCSG.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Mudar e melhorar os serviços como objetivo de aumentar a produtividade e competitividade da CCSG.

## **INOVAÇÃO**

Agir com iniciativa e inovação para acrescentar valor aos serviços de transporte publico coletivo de passageiros de âmbito local e regional afirmando-se como alternativa ao transporte privado individual.

Incentivar a procura e partilhar o conhecimento com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiencia e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional.

Participação ativa de todos com que trabalhamos, nos projetos de investigação e desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contamos com o conhecimento e experiencia de mais de 30 anos dos nossos colaboradores altamente qualificados, de modo a permitir oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL**

É preocupação da CCSG, incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental. Deste modo, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar, promovendo a igualdade no trabalho e no emprego e garantindo o bem-estar dos seus colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade e oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

**EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES**

<b>Demonstração do Resultado por Km percorrido</b>				
	2017	2016	2017	2016
<b>Gastos e Perdas</b>	<b>S. Interurbano</b>		<b>S. Turismo</b>	
Custos Exploração / Km	2,14	2,29	2,77	2,50
Outros Custos / Km	0,03	0,01	0,01	0,04
Total de Custos / Km	2,17	2,30	2,78	2,54
<b>Rendimentos e Ganhos</b>	<b>S. Interurbano</b>		<b>S. Turismo</b>	
Proveitos de Exploração / Km	2,14	2,34	2,55	2,52
Outros Proveitos / Km	0,01	0,02	0,03	0,03
Total de Proveitos / Km	2,15	2,36	2,58	2,55
<b>Resultado / Km</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,06</b>	<b>-0,20</b>	<b>0,01</b>

<b>Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado</b>		
	2017	2016
<b>Gastos e Perdas</b>	<b>S. Interurbano</b>	
Custos Exploração / Passageiro	2,75	2,66
Outros Custos / Passageiro	0,03	0,02
Total de Custos / Passageiro	2,78	2,68
<b>Rendimentos e Ganhos</b>	<b>S. Interurbano</b>	
Proveitos de Exploração / Passageiro	2,75	2,71
Outros Proveitos / Passageiro	0,01	0,02
Total de Proveitos / Passageiro	2,76	2,73
<b>Resultado / Passageiro</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,06</b>

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG), submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **ENQUADRAMENTO GERAL**

A CCSG está implantada no mercado dos transportes públicos de passageiros, na Região Autónoma da Madeira, como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança. Na área da sua atuação e ciente da responsabilidade do serviço social que presta, prima pelas infraestruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos e informação de apoio fornecida ao cliente.

A CCSG continua a assumir a sua responsabilidade, pública e social, atuando na área da mobilidade, através das carreiras interurbanas de transporte de passageiros que lhe estão concessionadas, contribuindo para o desenvolvimento das populações residentes, nas zonas da sua atuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade de serviço, cumprindo, desta forma, com o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros que foi adaptado à Região Autónoma da Madeira, através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M e com o Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Por outro lado, está também implementada no mercado de aluguer de viaturas com condutor, serviço de transportes de pessoas, normalmente a agências de viagens e para o turismo. Atendendo que a economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do turismo, pois este representava em 2015, última informação disponível, cerca de 24% do PIB regional, a atividade da CCSG, neste segmento é contribuir para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira.

### **ACTIVIDADE**

Para perceber um pouco a evolução da atividade da CCSG nestes últimos anos, é necessário lembrar que Portugal solicitou em 2011 assistência financeira internacional e que a Região Autónoma da Madeira solicitou ajuda financeira à República Portuguesa. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira para ser aplicado aos anos de 2011/2015. Com vista ao seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de modo a controlar o desequilíbrio das finanças públicas. Como resultado registou-se uma grande retração da economia, redução do rendimento das famílias emigração e elevadas taxas de desemprego, realidade esta que contribuiu fortemente para uma descida da mobilidade das populações e logo, afetando atividade da CCSG.

O Plano acima referido tinha como um dos objetivos contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impunha, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento e aumentos salariais, corte nas indemnizações compensatórias e aumentos no tarifário.

Tais medidas, incluídas nos Orçamentos de Estado, e acompanhadas pelos Orçamentos da RAM para os anos de 2011/2016, não estão a sortir, na sua plenitude, os efeitos acima desejados, principalmente na atividade que desenvolvemos, transporte de passageiros, porque resultou num envelhecimento da frota, numa descida da receita e num decréscimo de passageiros transportados.

No entanto, há que relevar o benefício do plano, no que diz respeito à redução de custos, que permitiu que a CCSG revisse toda a sua atividade, tanto nos gastos com a contratação de bens e serviços como nos gastos com o pessoal, bem como na gestão operacional da exploração dos seus serviços, adaptando a oferta à procura, o que resultou numa melhoria dos resultados apresentados.

Terminado o plano acima descrito e a economia da RAM e do País cresceu ligeiramente e a taxa de desemprego decresceu, também ligeiramente, mantiveram-se praticamente todas as medidas restritivas em vigor.

No entanto, não houve medidas que contribuíssem fortemente para um maior rendimento das famílias, para criação de emprego e para a desaceleração da emigração, logo, não existindo incentivos ao crescimento da mobilidade das pessoas. Por este facto, a atividade da CCSG continua a ser influenciada pelo decréscimo da procura.

Do exposto e complementando a breve análise à atividade da CCSG, abaixo discriminamos os principais motivos que contribuíram para os resultados deste exercício:

- A redução do volume de negócios, é resultado, em parte, do reflexo do já referido anteriormente, bem como pelo envelhecimento da frota, que atingiram o seu fim de vida útil e pela falta de investimento na aquisição de novas, que comprometem a competitividade e, por conseguinte, a falta de encomendas e recusa da prestação de alguns serviços por parte da CCSG. Estes fatores refletem-se principalmente no serviço de turismo, setor que exige altos valores de qualidade, imagem e segurança;
- O aumento do custo do litro do gasóleo, desde 2013 que o preço do gasóleo tem vindo a decrescer, neste exercício e contrariamente aos anteriores atingiu o valor máximo dos últimos tempos, valores de 2015;
- O aumento de gastos com a contratação de serviços externos, nomeadamente, estudos e pareceres e vigilância e eletricidade, estes assumidos diretamente pelo fato de ter adquirido as instalações da Camacha;
- Por outro lado, a redução de alguns custos:

- Pela redução da sua atividade, como os subcontratos de serviços;
- Pelo aluguer de parques, relativamente ao parque da Camacha;
- Por revisão das contratações, os seguros.

Tendo em consideração, que o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros foi adaptado à Região Autónoma da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M, no serviço interurbano, o equilíbrio da atividade operacional e dos resultados da CCSG, encontra-se dependente do concurso público para a concessão de transporte público da Região Autónoma da Madeira, bem como de uma eventual redefinição da estratégia regional, a qual deverá estar enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

No serviço de turismo, afigura-se uma significativa descida não só pela redução do número de viaturas afetas ao serviço, mas também pela antiguidade das mesmas. No entanto, também poderá ter um efeito positivo pelo enquadramento deste tipo de serviço, nos objetivos do documento estratégico para o turismo da região 2017/2021.

## **EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO**

### **Evolução da Oferta Carreiras Regulares**

A CCSG é a empresa prestadora do serviço de transporte público coletivo de passageiros entre a cidade do Funchal e Curral das Freiras, Camacha, Santo da Serra, Poiso, Ribeiro Frio, Santana indo até Arco de São Jorge, uma rede de carreiras com diversos destinos que cobre muitos dos principais pontos turísticos da RAM e, por isso, os nossos autocarros são diariamente muito utilizados pelos turistas que visitam a nossa Ilha.

A empresa efetua também aluguer de autocarros com condutor.

No serviço regular das carreiras, a produção de km foi semelhante há do ano anterior verificando-se, apenas, um ligeiro acréscimo, em consequência de desvios de percurso motivados por obras e outros eventos nas vias de circulação.

O total de km percorridos, no serviço regular das carreiras foi de 1 504 164 km.

O quadro seguinte traduz a evolução da produção de km, nos últimos três anos:

#### Evolução dos km percorridos

Designação	2015	2016	Variação	2017	Variação
Carreiras Regulares	1 500 988	1 497 703	-0,22%	1 504 164	0,43%

Manteve-se a estabilidade da rede de carreiras, importante para a *compreensão do serviço*, por parte do cliente, principalmente os turistas que elaboram os seus planos de viagem, muitas das vezes, já a partir do país de origem e a quem importa induzir a confiança no serviço oferecido.

A *lotação média* manteve-se nos 60 lugares, com predomínio do lugar sentado, como é característico no mercado do transporte interurbano de passageiros.

Em 2017, foram realizadas 56 359 viagens, uma redução de 0,15%, quando comparado com o ano anterior.

#### Evolução das viagens realizadas

Designação	2015	2016	Variação	2017	Variação
Viagens	57 267	56 444	-1,44%	56 359	-0,15%

O decurso da operação deparou-se com alguns constrangimentos em resultado de contingências resultantes de problemas relacionadas com congestionamentos à normal circulação, principalmente em dias de eventos, como por exemplo na Av. Mar, que levaram ao barramento das entradas no Funchal, a partir do Campo da Barca, e que impediram o acesso ao terminal principal na baixa da cidade – rua Jose da Silva *Saca*.

Na verdade, em 2017, verificou-se um crescendo de eventos ludico-desportivos, principalmente no concelho do Funchal, a originar frequentes encerramentos à circulação rodoviária na Av. Mar, por onde circulam quase todas as carreiras do serviço interurbano, com implicações directas sobre o serviço de transporte colectivo. Situações que implicaram redobrada atenção sobre o controlo operacional, de expedição e de assistência a clientes, mas que, inevitavelmente, geraram descontentamento por parte dos passageiros pela necessidade de deslocação do terminal de partidas para a periferia da cidade com o inevitável aumento das distâncias a percorrer a pé.

A velocidade comercial, apurada com base nos registos electrónicos do Sistema de Apoio à Exploração - SAE, esteve dentro do padrão verificado nos anos anteriores: 27,4km na rede da Camacha; 23,3km, na rede de Santana e 25,5km na rede do Curral das Freiras.

**Evolução da Velocidade média**

Ano	Rede Camacha	Rede Santana	Rede C.Freiras
2015	27,1	26,8	27,2
Variação	11,1%	22,4%	3,0%
2016	27,4	24,1	28,6
Variação	1,1%	-10,1%	5,1%
2017	27,4	23,3	25,5
Variação	0,0%	-3,3%	-10,8%

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras, dos últimos três anos:

**Evolução da oferta nas Carreiras Regulares**

Indicadores	2015	2016	Variação	2017	Variação
<b>Km Úteis</b>	1 383 419	1 371 577	-0,9%	1 377 336	0,4%
<b>Km em Vazio</b>	117 568	126 125	7,3%	126 827	0,6%
<b>Total/Km</b>	1 500 988	1497703	-0,2%	1 504 164	0,4%
<b>% Km Vazios</b>	7,83	8,42	7,5%	8,43	0,1%
<b>L.M.</b>	60	60	0,0%	60	0,0%
<b>L.K.O.</b>	83 005 187	82 294 671	-0,9%	82 640 214	0,4%
<b>Viagens Realizadas</b>	57 267	56 444	-1,4%	56 368	-0,1%

Abreviaturas: L.M. Lotação media; L.K.O Lugares/Kilómetro, oferecidos.



Os principais indicadores de oferta, no período em referência, reflectem ligeiras variações resultantes, principalmente, da consequência de desvios pontuais de trajectos verificando-se, não obstante, estabilidade no serviço disponibilizado à população.

A rede compreende um total 1 147 paragens, geograficamente muito dispersas pelo que implicam um permanente serviço de manutenção, de modo a garantir-se o bom estado de conservação e de imagem, importantes como referência para clientes e pessoal de tráfego.

#### Evolução do número de paragens

Designação	2015	2016	Variação	2017	Variação
Paragens	1140	1143	0,26%	1147	0,35%

#### Evolução da Oferta Serviço de Alugures / Turismo

Trata-se de uma atividade comercial, dedicada principalmente ao aluguer de autocarros para excursões com turistas e residentes, na ilha da Madeira, que decorreu com normalidade, sem registo de incidentes ou ocorrências negativas relativamente à qualidade do nosso serviço oferecido.

As referidas excursões são, na sua grande maioria, contratadas por Agências de Viagens ou por iniciativas de particulares, quando pretendem deslocar grupos de pessoas, aos diferentes destinos, por ocasiões festivas ou de lazer, ocasionalmente.

Orgulha-nos a condição de sermos uma das mais prestigiadas e antigas empresas a operar na RAM, no mercado dos *alugures*, conquistando a preferência e a distinção de muitos dos *Tour Operator*.

Mantivemos a nossa tipologia da *frota disponível* nos 53, 24 e 18 lugares. A lotação média foi de 50 lugares, que resulta pela predominância na utilização dos autocarros de grande porte.

Outro importante segmento na atividade dos *alugures*, foi o transporte de crianças e jovens e, no respeito pelo enquadramento dado pela Lei n.º 13 de 2006 de 17 de abril adaptado à RAM, pelo D. L. R. n.º 2/2017/M, de 17 de janeiro, serviço que decorreu com regularidade durante o ano lectivo em que as diversas Escolas movimentam os seus alunos a diferentes destinos, principalmente em *visitas de estudo*. Nesta variante de serviço tanto motoristas como autocarros são certificados, por imposição legal.

A presença regular de navios de cruzeiro no Porto do Funchal gerou também um significativo movimento em excursões com os nossos autocarros.

### Evolução da Procura Carreiras Regulares

As nossas carreiras asseguram o serviço de transporte público coletivo de passageiros entre a cidade do Funchal e Curral das Freiras, Camacha, Santo da Serra, Poiso, Ribeiro Frio, Santana e Arco de São Jorge, assegurando a mobilidade regular dos residentes na sua movimentação diária bem como de turistas em visita pelos diversos pontos turísticos.

A procura, aferida pelo número de passageiros transportados, registou uma ligeira descida em relação à verificada no ano anterior.

O número de passageiros transportados, é apurado pelo número de *validações* efectuadas, pelos clientes, à entrada no autocarro e registadas eletronicamente pelo Sistema de Bilhética.

Como já se fez referência, a nossa rede do serviço interurbano inclui muitos dos principais destinos turísticos e paisagens deslumbrantes que podem ser visitados utilizando o serviço regular das carreiras. Verificamos, assim, que a venda de bilhetes para os destinos de interesse turístico, como Camacha, Santo da Serra, Curral das Freiras, Eira do Serrado, Ribeiro Frio, Poiso e Santana, registaram uma subida, no seu volume, o que entendemos claramente relacionado com o aumento do número de turistas na RAM.

De acordo com os dados da Direcção Regional de Estatística da Madeira, entre janeiro e setembro de 2017, o número de dormidas na RAM, cresceu 2,1%, comparativamente ao período homólogo do ano anterior, e o aeroporto da Madeira registou um aumento de 9,1% no movimento de passageiros.

O número de passageiros que utilizaram *passé social* registou também um crescimento. Já no número de passageiros que utilizaram *passé social estudante* e *estudante ASE*, verificamos uma descida, o que reflete a tendência de descida no número de estudantes na RAM, em consequência da *evolução da população* que tende a envelhecer.

No quadro seguinte estão resumidos, comparativamente, os principais indicadores da procura, do serviço regular das carreiras, nos últimos três anos:

#### Evolução da procura

Indicadores	2015	2016	Variação	2017	Variação
<b>P.T.</b>	1 236 033	1 182 568	-4,3%	1 170 298	-1,0%
<b>P.M.</b>	18,640	18,640	0,0%	18,640	0,0%
<b>P.K.T.</b>	23 039 655	22 043 068	-4,3%	21 814 355	-1,0%
<b>T.O. (%)</b>	27,76	26,79	-3,5%	26,40	-1,5%

**Abreviaturas:** P.T. Passageiros transportados; P.M. Percurso médio; P.K.T. Passageiro/quilómetro, transportado; T.O. Taxa de ocupação;

Verifica-se que a procura, registou uma descida inferior à verificada nos períodos homólogos anteriores, o que pode indiciar uma tendência de inversão, em sintonia com a anunciada *retoma económica*.

## FISCALIZAÇÃO

A empresa dispõe de um serviço de fiscalização e controlo da cobrança efectuado pelos seus Fiscais, legalmente ajuramentados, que percorrem, em diferentes turnos, toda a rede de carreiras e durante todos os dias do ano. Foram fiscalizados, pelos Fiscais da empresa, 34 822 passageiros.

As fraudes detectadas deram lugar aos correspondentes *Autos de Notícia* por *Contraordenação*, lavrados pelo Fiscal nos termos da Lei nº 28/2006 de 4 de julho e enviados á autoridade competente.

### Evolução dos Passageiros Fiscalizados

Ano	2015	2016	Variação	2017	Variação
Pass. Fiscaliz.	66 150	38 487	-41,82%	34 822	-9,52%

## ALUGUERES/TURISMO

As Agências de Viagens, principalmente as sediadas na RAM, são os nossos principais clientes para a contratação de serviços de aluguer de autocarros com condutor para excursões com turistas, na ilha da Madeira e, ainda, por iniciativas de particulares quando pretendem deslocar grupos de pessoas, aos diferentes destinos, por ocasiões festivas ou de lazer ocasionalmente.

É, no entanto, o fluxo de turistas, que entram na Madeira por via marítima e aérea, a principal fonte do negócio dos *alugueres*, para excursões em redor da ilha.

O aeroporto da Madeira, de acordo com informação da DRE, registou no período homólogo de janeiro a setembro, uma subida de 9,1% no número de "*passageiros desembarcados*". No porto do Funchal, ao final do ano 2017, o movimento de passageiros havia crescido 4%, influenciando positivamente o volume da nossa facturação e que ultrapassou as nossas previsões.

Em 2017, o serviço de *alugueres* gerou um movimento de 340 666 passageiros transportados.

Ainda no mercado dos *alugueres*, outro segmento importante, da nossa *carteira de clientes*, são as escolas. Ao longo do ano fazem deslocar centenas de alunos para diversos eventos, no âmbito da actividade pedagógica e desportiva, principalmente *visitas de estudo*, proporcionando um ligeiro aumento no volume de facturação.

Destacamos a estabilidade laboral que se viveu no sector e, em particular, na nossa empresa onde a disponibilidade, sentido profissional e de cooperação em todos os colaboradores desde o *peçoal de tráfego* até aos responsáveis pelos processos administrativos, operacionais e de planeamento foram decisivos.

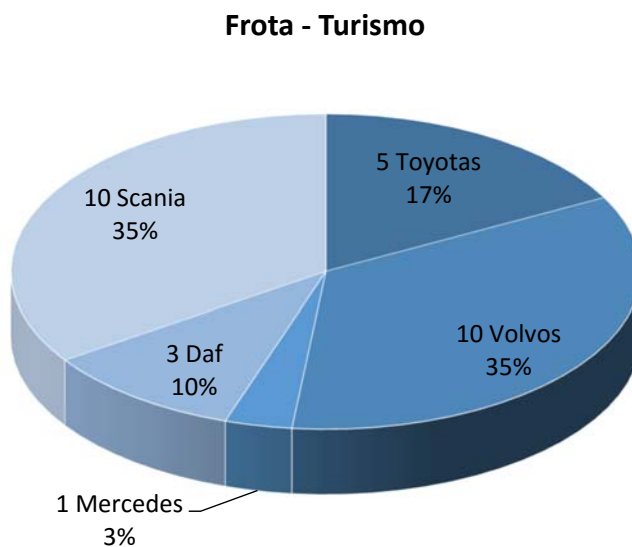
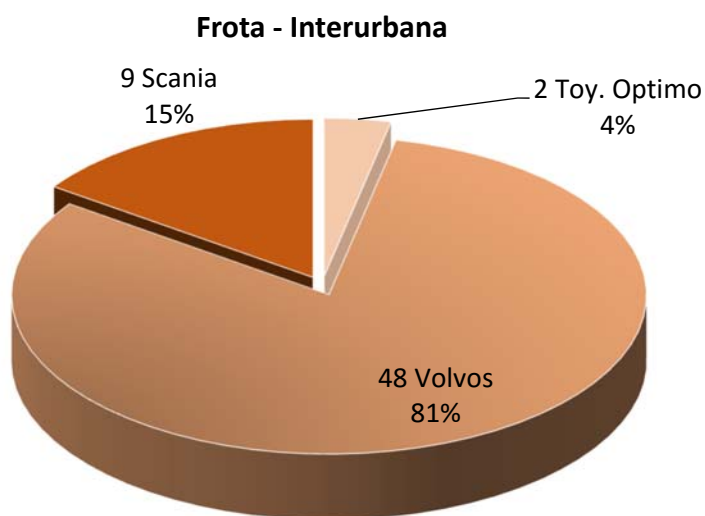
## ATIVIDADE OFICIAL

### Evolução da Frota

A frota da CCSG, a 31 de dezembro de 2017, era de 88 autocarros, sendo 59 afetos ao serviço interurbano e 29 ao turismo.

A idade média dos autocarros do serviço interurbano passou de 27,24 anos para 25,92 anos e do turismo de 16,36 anos para 16,79.

Sendo a composição da frota do serviço interurbano e turismo, representada pelos seguintes gráficos:



### Imobilização

A taxa de imobilização foi de 14,01% para a frota Interurbana, e de 17,50% para o Turismo.

A taxa de imobilização em 2017, foi oscilando ao longo do ano, visto termos abatido 10 autocarros da interurbana e transferido 10 do turismo.

MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO						
Viaturas Interurbanas						
	REP + INS		REV + LUB		TOTAL ANO	
ANO	VIATURAS	TAXA%	VIATURAS	TAXA%	VIATURAS	TAXA%
2015	4,37	11,21	0,53	1,36	4,90	12,57
2016	4,98	12,77	0,66	1,69	5,64	14,46
2017	4,38	12,82	0,41	1,19	4,79	14,01
$\Delta$ 2017/2016		0,34%		-29,42%		-3,14%

Viaturas Turismo						
	REP + INS		REV + LUB		TOTAL ANO	
ANO	VIATURAS	TAXA%	VIATURAS	TAXA%	VIATURAS	TAXA%
2015	13,73	22,47	1,83	3,00	15,56	25,46
2016	10,96	18,53	1,74	2,94	12,69	21,47
2017	9,11	14,60	1,81	2,90	10,92	17,50
$\Delta$ 2017/2016		-21,23%		-1,33%		-18,51%

### Manutenção Preventiva

O Plano de Manutenção Preventiva da frota da CCSG foi cumprido tendo em consideração as diretivas fornecidas no que se refere a idade dos autocarros.

### Custo Quilómetro

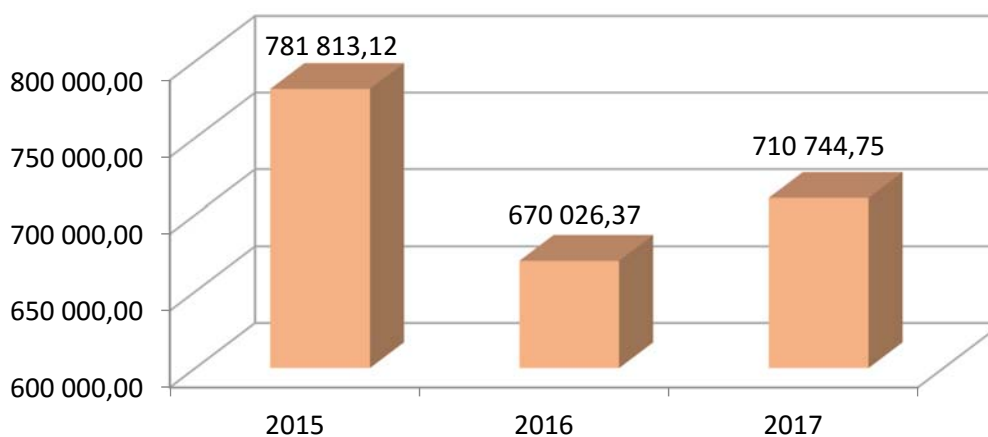
O custo quilómetro de manutenção na interurbana aumentou 6,08% em relação ao ano anterior, estando agora em 0,47 €/km, no entanto, no turismo diminuiu 14,84%, estando agora em 0,80 €/km.

Quanto aos custos totais, ver seguinte quadro:

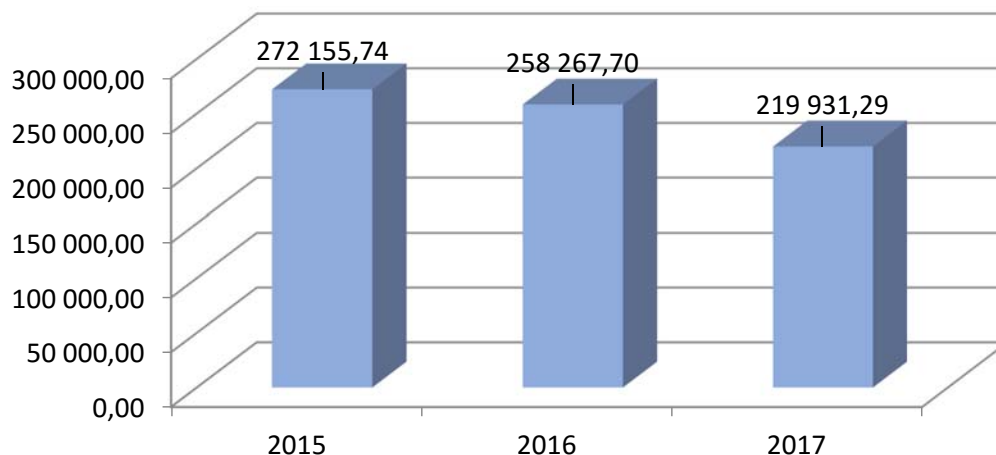
<b>VARIAÇÃO DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO</b>				
<b>Interurbana</b>				
<b>Ano</b>	<b>Kms Perc.</b>	<b>Manutenção [€]</b>	<b>€ Km/Manut.</b>	<b>Δ Manut.</b>
<b>2015</b>	1 521 656	781 813,12	<b>0,51</b>	
<b>2016</b>	1 470 631	670 026,37	<b>0,46</b>	-14,30%
<b>2017</b>	1 508 016	710 744,75	<b>0,47</b>	6,08%

<b>Turismo</b>				
<b>Ano</b>	<b>Kms Perc.</b>	<b>Manutenção [€]</b>	<b>€ Km/Manut.</b>	<b>Δ Manut.</b>
<b>2015</b>	348 197	272 155,74	<b>0,78</b>	
<b>2016</b>	368 467	258 267,70	<b>0,70</b>	-5,10%
<b>2017</b>	275 892	219 931,29	<b>0,80</b>	-14,84%

Custos Manutenção - Interurbana



## Custos Manutenção - Turismo



## Média Combustível

Em 2017, a média de consumo de gasóleo na frota interurbana foi de 59,37 L/100km, superior 1,54% em relação ao ano anterior, 58,47 L/100km.

Serviço Interurbano									
Grupo de Frota	2017			2016			2015		
	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Média Comb.
SCANIA K112	31 404	18 323,46	58,35	40 063	22 831,13	56,99	50145	27923,7	55,69
SCANIA K113	153 945	96 465,16	62,66	179 335	112 085,42	62,50	193378	117487,86	60,76
TOYOTA OPTIMO	2 424	690,67	28,49	3 934	999,40	25,40	16821	4770,94	28,36
VOLVO B10B	135 758	84 958,60	62,58	-	-	-	-	-	-
VOLVO B10M I	487 373	282 923,43	58,05	553 449	316 330,37	57,16	642159	369588,25	57,55
VOLVO B10M IV	64 316	36 749,42	57,14	71 729	41 151,30	57,37	72355	41008,43	56,68
VOLVO B10M V	361 662	213 630,52	59,07	317 701	184 625,70	58,11	289314	170168,37	58,82
VOLVO B10M VI	112 834	68 422,70	60,64	119 173	72 844,50	61,13	81080	50919,61	62,80
VOLVO B12	129 877	76 661,42	59,03	128 478	76 087,62	59,22	117868	70835,98	60,10
VOLVO B58	28 423	16 527,10	58,15	56 769	32 949,00	58,04	58536	33839,02	57,81
<b>TOTAL</b>	<b>1 508 016</b>	<b>895 352,48</b>	<b>59,37</b>	<b>1 470 631</b>	<b>859 904,44</b>	<b>58,47</b>	<b>1 521 656</b>	<b>886 542,16</b>	<b>58,26</b>



Na frota de turismo verificou-se uma redução de 3,32 % de 54,64 L/100km, em 2016, para 52,83 L/100Km, em 2017.

<b>Serviço Turismo</b>									
	<b>2017</b>			<b>2016</b>			<b>2015</b>		
<b>Grupo de Frota</b>	<b>Kms Perc.</b>	<b>Cons. Gas. [L]</b>	<b>Média Comb.</b>	<b>Kms Perc.</b>	<b>Cons. Gas. [L]</b>	<b>Média Comb.</b>	<b>Kms Perc.</b>	<b>Cons. Gas. [L]</b>	<b>Média Comb.</b>
DAF SB400WS	13 883	8 219,80	59,21	15 525	9 000,30	57,97	15 861	9 485,94	59,81
SCANIA K IB 4X2	45 721	25 356,00	55,46	34 682	19 359,80	55,82	39 776	22 593,53	56,80
SCANIA K124 IB	50 739	27 838,20	54,87	50 601	28 261,40	55,85	41 544	23 386,66	56,29
TOYOTA OPTIMO 2K	35 613	8 340,93	23,42	47 517	10 506,43	22,11	65 115	13 944,31	21,41
VOLVO B10B-59	22 646	14 094,37	62,24	110 944	71 663,91	64,59	95 937	60 526,42	63,09
VOLVO B12 II	62 097	36 369,80	58,57	69 524	40 129,20	57,72	60 696	36 263,41	59,75
VOLVO B12B	39 955	24 696,40	61,81	34 554	21 584,50	62,47	39 880	24 890,52	62,41
MERCEDES-BENZ	5 238	841,80	16,07	5 120	834,80	16,30	5 249	898,54	17,12
<b>TOTAL</b>	<b>275 892</b>	<b>145 757,30</b>	<b>52,83</b>	<b>368 467</b>	<b>201 340,34</b>	<b>54,64</b>	<b>364 058</b>	<b>191 989,33</b>	<b>52,74</b>

Por tipo de serviço apresentamos os consumos totais por ano, bem como quadro com o resumo total da empresa CCSG:

<b>Ano</b>	<b>Serviço Interurbano</b>		<b>Serviço Turismo</b>		<b>TOTAL</b>	
	<b>Kms Perc.</b>	<b>Cons. Gas. [L]</b>	<b>Kms Perc.</b>	<b>Cons. Gas. [L]</b>	<b>Kms Perc.</b>	<b>Cons. Gas. [L]</b>
<b>2015</b>	1 521 656	886 542,16	364 058	191 989,33	1 885 714	1 078 531
<b>2016</b>	1 470 631	859 904,44	368 467	201 340,34	1 839 098	1 061 245
<b>2017</b>	1 530 662	909 446,85	253 246	131 662,93	1 783 908	1 041 110

### Inspeções Periódicas

A frota de 88 autocarros, foi sujeita a 175 inspeções, tendo um custo de 7 634,00 euros, e quando comparado com o ano de 2016, verificamos uma redução de 11%.

### **Limpeza e lavagens dos autocarros**

Foram realizadas na interurbana 5703 operações de limpeza e lavagens, e no Turismo 4745, o que significa que cada autocarro afeto às carreiras interurbanas, em media, foi limpo 97 vezes ao ano e os autocarros dedicados ao turismo 164 vezes ao ano, em 2017.

### **Transferências e abates**

Em 2017, foram transferidos 10 autocarros de turismo para interurbana e foram abatidos 10 autocarros da interurbana, devido há sua idade avançada, reforçando desta forma a Segurança no serviço prestado às populações.

### **APROVISIONAMENTOS**

A CCSG, no cumprimento do quadro legal é uma Entidade Adjudicante ao abrigo do artigo 2º, n.º 2 CCP, e aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislações de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto- Legislativo Regional n.º 34/2008 de 14 de agosto de 2008.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 9.º, artigo 11.º e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foi aplicado o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE).

A CCSG não possui os serviços de apoio habituais a uma operadora de transporte público de transporte, nomeadamente serviços de aprovisionamento. Para tal, socorre-se nesta área, bem como todas as outras atividades, aos serviços disponibilizados pela Horários do Funchal, S.A. (HF).

Desta forma, é a HF que trata da logística da CCSG, faturando a esta a prestação dos seus serviços.

Os únicos fornecedores relevantes da CCSG são a HF e a Lusitânia Seguros, SA.

### **INVESTIMENTOS**

O novo regime jurídico dos transportes aconselhava prudência em matéria de investimentos, pois previa-se que o concurso para exploração da rede interurbana para a RAM, ocorre-se em 2017. Desta forma a empresa optou por não efetuar qualquer investimento relevante.

**EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

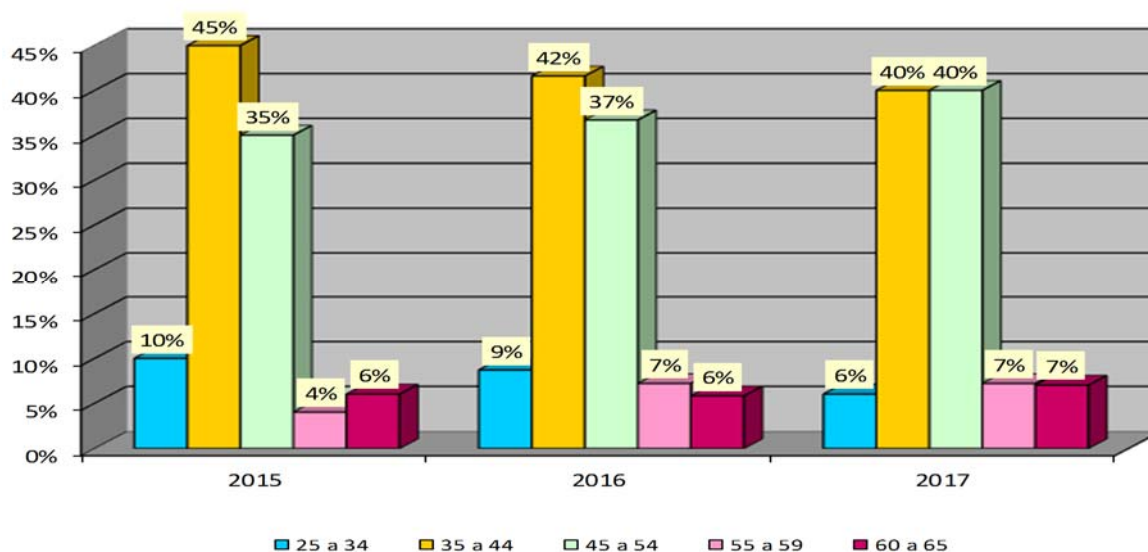
Na empresa CCSG, o número de colaboradores ao serviço a 31 de dezembro de 2017 era de 67, verificando-se duas saídas, uma por transferência para a empresa Mãe e outra, constituiu num pedido de demissão, a categoria profissional alvo desta redução foi os Motoristas.

**EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

DESIGNAÇÃO		31 Dez. 2015	31 Dez. 2016	31 Dez. 2017	Varição % 2015/2017
Administrativos	Chefias	1	1	1	0
	Outros	1	1	1	0
Oficinas		0	0	0	0
Exploração	Motoristas	65	65	63	-3,17%
	Fiscais	0	0	0	0
	Outros	2	2	2	0
Total		69	69	67	-2,99%

**NÍVEL ETÁRIO**

Ao nível etário, a idade média dos colaboradores, situou-se nos 46 anos, existindo com mais de 60 anos, 4 colaboradores.



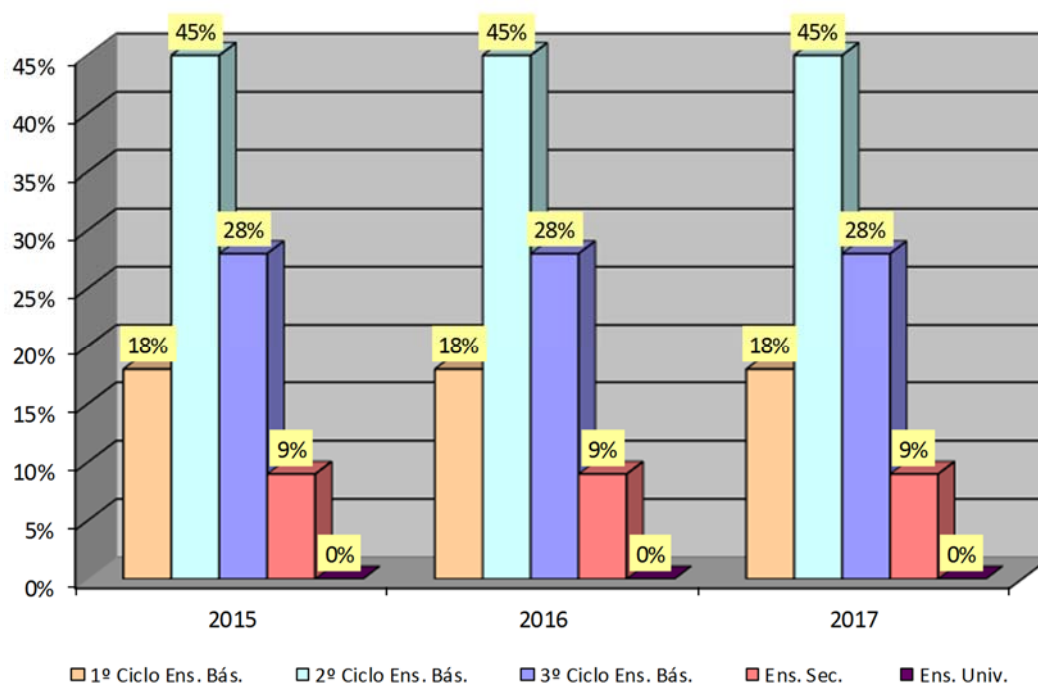
### NÍVEL ANTIGUIDADE

O nível de Antiguidade da empresa, está repartido na seguinte forma:

- 63% colaboradores têm mais de 15 anos de antiguidade;
- 18% colaboradores que estão na empresa entre os 10 e os 15 anos;
- 19% dos colaboradores que têm de antiguidade de 5 a 10 anos, e não existe qualquer colaborador com menos de 5 anos de antiguidade.

### NÍVEL HABILITAÇÕES

O nível de Habilitações dos profissionais da empresa, está repartido na seguinte forma:



### TAXA DE ABSENTISMO

A taxa de absentismo, em 2017, foi de 4,83%, registrando um aumento, quando comparado com o ano de 2016, ano em que verificou uma taxa de 4,11%.

### TRABALHO SUPLEMENTAR

No presente ano, a taxa de trabalho extraordinário, situou-se nos 13,06%, registrando uma diminuição, quando comparada com a registada em 2016, ano em que se verificou uma taxa de 13,5%.

**EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM PESSOAL****CUSTOS COM PESSOAL**

(Unid.: Euros)

	2015	2016	Var.	2017	Var.	Varição % 2015/2017
Horas Extras	71 373,00	72 366,15	1,37%	81 725,00	11,45%	12,67%
Total Abonos	1 522 016,41	1 491 113,73	-2,07%	1 491 113,73	0,00%	-2,07%

Ao analisar o quadro acima exposto, constatamos que as horas extraordinárias têm um aumento. Este explica-se pela retoma das condições de pagamento serem conforme o CCT (1ª hora – 50% e restantes – 75%), contudo no número total de horas extraordinárias realizadas, existe uma redução.

Nos custos com pessoal, no total das remunerações efetivamente pagas, regista-se uma diminuição de 2,07% comparativamente a 2016.

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Em 2017, continuamos a executar o plano de formação, com especial relevância para o CAM (Certificado Aptidão Motoristas), cumprindo, desta forma, a legislação aplicável.

DESIGNAÇÃO	2015	2016	2017
Número de Cursos	16	7	4
Número de Formandos	39	15	35
Número de Horas Formação	962	300	1105

DESIGNAÇÃO	2015	2016	2017
Formação CAM Contínuo	315 horas	245 horas	980 horas
Formação Técnica / Condução Defensiva	-----	24 horas	125 horas

Na Formação Profissional durante 2017, envolvemos 35 motoristas com um total de 1.105 horas.

## **BEM-ESTAR DOS COLABORADORES**

### **Saúde**

No ano 2017, foram realizados 134 exames médicos, dos quais 54 exames médicos periódicos, cumprindo-se com a Legislação Laboral, e 80 exames médicos ocasionais.

### **Acidentes de Trabalho e absentismo**

Em 2017, registou-se 1 ocorrência, que transitou para 2018. As implicações no número de dias de baixa foram de 338 dias (327 dias referentes a um processo de 2016).

No que se refere à sinistralidade, verifica-se que o número total de participações desceu, em 2017, e o número de sinistros em que envolveu viaturas de terceiros também reduziu, mais precisamente em 9 ocorrências.

Por outro lado, dos 31 acidentes com terceiros, só 13 foram de responsabilidade própria.

A taxa de absentismo, subiu ligeiramente, como já referenciado devido ao agravamento no número de horas de faltas, o que para uma escala com este número de motoristas provoca o recorrer a trabalhadores em situação de trabalho extraordinário, de forma a que sejam cumpridos os objetivos de escalamento diário e as solicitações de serviço de turismo.

### **Segurança no Trabalho**

No ano de 2017, verificaram-se 12 acidentes de trabalho, valor mais baixo registado nos últimos 11 anos.

A diminuição do número de acidentes de trabalho, só por si, não significa uma diminuição do número de dias não trabalhados em consequência dos acidentes de trabalho, pelo que procedemos à sua análise do ponto de vista do absentismo e gravidade dos acidentes ocorridos.

Comparativamente aos anos anteriores, o ano de 2017 registou um número bastante inferior de dias de baixa, ficando nos 11 dias, em 2016, este número ficou nos 369 dias.

Em termos de Segurança no Trabalho e no que diz respeito à sinistralidade laboral, a CCSG apresenta valores bastante positivos, quando comparados com o panorama nacional e até internacional.

### **Departamento Tecnológico**

Neste capítulo, a CCSG é servida pela sua empresa Mãe, e as atividades e as áreas de intervenção, durante o ano de 2017, enquanto prestador de serviços de Tecnologias de

Informação da CCSG, são de carácter permanente, cruciais para a atividade da empresa como, por exemplo, o Desenvolvimento e Manutenção de Aplicações, o Alojamento e Administração de Sistemas, o Help Desk e suporte técnico, a Segurança Informática e as Telecomunicações.

### **Comunicação e Marketing**

Sendo uma das necessidades primárias da CCSG, a satisfação do cliente, foi neste sentido que a comunicação e marketing se focalizou para atrair e influenciar o cliente na sua mobilidade, através das seguintes atividades:

- Interação/comunicação com os diferentes tipos de clientes e público em geral, tomando em consideração as diferentes características da informação, nomeadamente no que se refere ao ciclo de vida dos serviços/produtos, natureza, disponibilidade, grau de integração e tipologia de interação;
- Visibilidade e notoriedade da CCSG, através da divulgação da sua atividade, do empenho dos colaboradores, dos serviços oferecidos e dos projetos desenvolvidos;
- Melhoria na informação ao público no que diz respeito às alterações relacionadas com a oferta do serviço de transporte público, assim como na divulgação de pacotes promocionais, recorrendo às novas ferramentas tecnológicas (facebook);
- Publicidade institucional e venda de espaços a terceiros para publicitarem os seus produtos nos nossos autocarros.

A venda de espaços publicitários manteve-se em relação ao ano anterior, embora só fosse realizada uma única campanha em cada exercício.

### **Economia e Finanças**

O resultado líquido deste exercício é negativo, no valor de 88.498.16 euros, e no ano anterior foi positivo em 69.489,52 euros, o principal responsável por esta inversão nos Resultados Líquidos foi o efeito conjugado de uma descida acentuada nas prestações de serviço de aluguer, em 140 mil euros, e de 57 mil euros no serviço regular de carreiras de serviço público, quando comparado com igual período do ano anterior.

No primeiro caso, serviço de aluguer, o principal motivo desta descida deve-se a redução de clientes, que alegam a redução ou a não contratação destes serviços devido à idade média da frota estar acima daquela que o Mercado oferece.

No que se refere ao serviço regular das carreiras, a causa é devida à desertificação das zonas rurais pela emigração das suas populações diminuindo, desta forma, a procura.

Para uma melhor apresiação dos resultados atingidos em 2017, apresenta-se, o seguinte quadro sobre a estrutura dos custos e proveitos por tipo de serviço, que a CCSG prestou aos seus clientes de serviço público de passageiros e clientes de serviços de aluguer.

**Estrutura dos Custos e Proveitos por Tipo de Serviço**

Demonstração dos resultados	S. Interurbano		S. Turismo		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Gastos e perdas</b>						
Gastos pessoal	1.306.434,67	1.296.667,28	190.880,35	211.962,33	1.497.315,02	1.508.629,61
Forn. Serv. Externos-Combustíveis	754.608,90	674.252,70	137.619,67	158.334,83	892.228,57	832.587,53
Forn. serv. Externos-Outros	943.487,97	952.912,60	407.130,31	433.256,62	1.350.618,28	1.386.169,22
Gastos dep. Amortizações	217.859,67	222.708,19	24.415,18	28.267,33	242.274,85	250.975,52
Gastos e perdas financiamento					0,00	0,00
Restantes gastos e perdas	38.344,88	18.347,20	3.253,44	12.838,19	41.598,32	31.185,38
	<b>3.260.736,09</b>	<b>3.164.887,97</b>	<b>763.298,95</b>	<b>844.659,30</b>	<b>4.024.035,04</b>	<b>4.009.547,26</b>
<b>Rendimentos e ganhos</b>						
Prestação de serviços	2.399.660,46	2.456.935,93	699.171,90	839.219,18	3.098.832,36	3.296.155,11
Ind. Compensatória-ent.públicas	823.938,57	753.523,60	0,00	0,00	823.938,57	753.523,60
Restantes rend. e ganhos	4.313,40	24.734,02	8.466,63	9.765,61	12.780,03	34.499,63
	<b>3.227.912,43</b>	<b>3.235.193,55</b>	<b>707.638,53</b>	<b>848.984,79</b>	<b>3.935.550,96</b>	<b>4.084.178,34</b>
<b>Resultado antes impostos</b>	<b>-32.823,66</b>	<b>70.305,59</b>	<b>-55.660,42</b>	<b>4.325,50</b>	<b>-88.484,08</b>	<b>74.631,08</b>

Foi estimado, o valor de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no montante de 14,08 euros para 2017, sendo que no ano anterior, este valor situou-se nos 5.141,56 euros.

Os dois serviços que compõem a atividade da CCSG apresentam os seguintes resultados, antes de impostos:

- O Interurbano no valor negativo de 33 mil euros, sendo que em 2016 este valor foi positivo e no valor de 70 mil euros;
- O Turismo, o montante, também é negativo e de 55 mil euros, quando em 2016 foi positivo e no valor de 4 mil euros.

Da análise efetuada, verifica-se que embora os resultados sejam negativos, o EBITDA é positivo em 154 mil euros, no cômputo geral do seu negócio, mas inferior quando comparado com 2016, que ascendeu a um valor de 326 mil euros.

Seguidamente, realçamos as variações mais significativas das rubricas da Demonstração dos Resultados, comparativamente ao exercício anterior:

**Na Rubrica de Gastos****Reduções com efeitos positivos nos Resultados:**

- Nos gastos/reversões de depreciação, 9 mil euros, embora sem qualquer relevo, verificam-se que o ativo fixo, viaturas, encontra-se totalmente amortizado, por esgotamento da vida útil, exceção feita



aos órgãos de substituição que não aumentando a vida útil, contribuem para o seu bom funcionamento.

**Aumentos com efeitos negativos nos Resultados:**

- Nos fornecimentos e serviços externos, 18 mil euros, sendo o gasóleo, os trabalhos especializados, as lavagens de viaturas e a vigilância e segurança as principais rubricas que contribuíram para este aumento. No entanto, é de realçar que na rubrica trabalhos especializados foi registado, neste exercício, as remunerações pagas à HF, pelo desempenho de cargos dos órgãos sociais na CCSG e no ano anterior em gastos com o pessoal;
- Na rubrica gastos com o pessoal, 24 mil euros, sendo justificado, praticamente, pelo retomar na aplicação do calculo das horas extraordinárias, segundo o CCT. Há que realçar que as demonstrações financeiras apresentam uma variação negativa de 11 mil euros e deve-se ao fato de neste exercício as remunerações pagas à HF, pelo desempenho de cargos dos órgãos sociais na CCSG, terem sido registadas nos fornecimentos e serviços de terceiros, trabalhos especializados;
- Nas imparidades de dívidas a receber, 25 mil euros e refere-se, essencialmente, à rubrica de clientes e em duas escolas profissionais.

Nos outros gastos, não acima referidos, existem variações positivas e negativas que também contribuíram para os resultados apresentados.

**Na Rubrica dos Rendimentos**

**Aumentos com efeitos positivos nos Resultados:**

- Nos subsídios à exploração, 66 mil euros, sendo respeitante ao acerto do valor do ano de 2016. O valor respeitante a 2017 poderá ser alterado, de acordo com protocolo assinado em 30/10/2017, em resultado do apuramento final a ser efetuado em 2018.

**Reduções com efeitos negativos nos Resultados:**

- Nas prestações de serviços menos 197 mil euros que no ano anterior distribuído pelos seguintes serviços:
  - No interurbano, no valor aproximado de 30 mil euros, sendo justificado pela redução dos títulos passes, passes sociais e passes estudante.
  - No serviço de aluguer/ turismo menos 167 mil euros.

Nos outros ganhos, não acima referidos, existem variações positivas e negativas que também contribuíram para os resultados apresentados.

### Principais indicadores económico-financeiros

DESCRIÇÃO	2017	2016	2015
Activo não corrente	2.068.267,88	2.156.000,57	436.774,90
Activo corrente	2.478.732,28	2.786.345,10	2.258.564,49
Diferimentos activos	2.478,25	41.542,36	41.837,98
Caixa e depósitos bancários	267.476,05	144.010,62	136.228,67
Total do activo	4.547.020,16	4.942.345,67	2.695.339,39
Capital realizado	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital próprio	2.862.060,34	2.950.558,50	1.181.068,98
Passivo	1.684.959,82	1.991.787,17	1.514.270,41
Diferimentos passivos	55.309,63	57.206,72	61.198,04
Vendas Prestações de serviços	3.098.832,36	3.296.155,11	3.377.341,86
Resultados operacionais	-88.484,08	74.631,08	-112.964,15
Resultados antes de impostos	-88.484,08	74.631,08	-112.964,15
Imposto s/o rend. do exercício	-14,08	-5.141,56	-8,36
<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>-88.498,16</u>	<u>69.489,52</u>	<u>-112.972,51</u>

### INVESTIMENTO

Neste exercício, a CCSG investiu, 161 mil euros dos quais, 152 mil euros em órgãos de substituição de viaturas e 9 mil euros em impressoras para venda a bordo de viaturas.

No ano anterior, foram investidos 1.982 mil euros, sendo 1.664 mil euros na aquisição da Estação de serviço da Camacha, à empresa-mãe HF, composto por um terreno um edifício e respetivos equipamentos, 151 mil euros de despesas de registo e 167 mil euros em reparações de órgãos de substituição de viaturas.

### DESINVESTIMENTO

Procedeu-se ao abate de 10 viaturas pesadas de passageiros, no montante de 613 mil euros e de alguns órgãos de substituição de viaturas, no valor de 126 mil euros, tendo

estes sido substituídos por outros reparados. O montante total desinvestido foi de 738 mil euros.

### **CAPITAL PRÓPRIO**

O Capital Próprio da sociedade, no final deste exercício, situou-se no montante de 2.862.060,34 euros e ano anterior no valor de 2.950.558,50 euros, a diferença explica-se pelos resultados líquidos negativos verificados neste ano.

### **FINANCIAMENTO**

Não foi necessário recorrer a qualquer financiamento.

### **PERSPECTIVAS FUTURAS**

Existe a necessidade de continuar a reestruturação da CCSG, tendo em vista a gestão dos recursos disponíveis, materiais e humanos, no sentido de dotar a empresa de capacidades próprias para a prestação da sua atividade, assegurando tanto quanto possível o seu equilíbrio económico e financeiro.

Continuará a sentir-se dificuldade em melhorar os níveis da procura, apesar das anunciadas perspetivas de algum crescimento económico e de ligeira redução do desemprego.

No entanto, a CCSG vai continuar a desenvolver a sua atividade focalizada nas necessidades de mobilidade dos seus clientes, cumprindo com a regulamentação em vigor e efetuando os ajustamentos que se revelarem necessários sempre alinhada com Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020, mesmo estando pendente a realização do concurso público internacional para a concessão do transporte público da rede interurbana da RAM, conforme estipula o novo regime jurídico do serviço de transporte público.

O tarifário, em 2018, ainda não foi alterado e não é do nosso conhecimento que o venha a ser, pelo menos até à data do presente relatório. As tarifas dos títulos de transporte, praticadas e aplicadas pela CCSG nas suas vendas, são fixadas, pelo Governo Regional da Madeira, através de uma portaria criada para o efeito.

### **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Propomos que o Resultado Líquido do exercício, negativo, no valor de 88.498,16 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 9 de abril de 2018

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente

Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal

**CONTAS DO EXERCÍCIO**

**BALANÇO**

Rubricas	Notas	Exercício	
		2017	2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	2 068 287,88	2 156 000,57
Créditos a receber			
		<b>2 068 287,88</b>	<b>2 156 000,57</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		1 212,24	1 663,21
Clientes	9	1 088 188,44	877 470,72
Adiantamentos a fornecedores	18	27,30	97,15
Estado e outros entes públicos	10	311 583,00	332 551,56
Accionistas / sócios	7		321 884,93
Outros créditos a receber	11	807 767,00	1 067 124,55
Diferimentos	12	2 478,25	41 542,36
Caixa e depósitos bancários	4	267 476,05	144 010,62
		<b>2 478 732,28</b>	<b>2 786 345,10</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>4 547 020,16</b>	<b>4 942 345,67</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	13	5 000 000,00	5 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	2 700 000,00	2 700 000,00
Reservas legais	15	59 358,27	55 883,80
Resultados transitados	16	-4 808 799,77	-4 874 814,82
Resultado líquido do período		<b>-88 498,16</b>	<b>69 489,52</b>
Interesses que não controlam			
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>2 862 060,34</b>	<b>2 950 558,50</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18	951 204,72	1 259 748,89
Adiantamentos de clientes		0,00	1 548,81
Estado e outros entes públicos	10	36 990,68	38 318,84
Outras dívidas a pagar	17	641 454,79	634 963,91
Diferimentos	12	55 309,63	57 206,72
Passivos financeiros detidos para negociação			
		<b>1 684 959,82</b>	<b>1 991 787,17</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 684 959,82</b>	<b>1 991 787,17</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>4 547 020,16</b>	<b>4 942 345,67</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	19	3.098.832,36	3.296.155,11
Subsídios à exploração	11 e 20	823.938,57	758.037,29
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-6.543,44	-6.584,69
Fornecimentos e serviços externos	21	-2.236.303,41	-2.218.756,75
Gastos com pessoal	22	-1.497.315,02	-1.508.629,61
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	-412,86
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 e 10	-23.084,17	2.057,15
Outros rendimentos e ganhos	23	10.341,30	27.169,78
Outros gastos e perdas	24	-16.075,42	-23.428,82
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>153.790,77</b>	<b>325.606,60</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 25	-242.274,85	-250.975,52
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-88.484,08</b>	<b>74.631,08</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-88.484,08</b>	<b>74.631,08</b>
Imposto sobre rendimento do período	8 e 10	-14,08	-5.141,56
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-88.498,16</b>	<b>69.489,52</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	Exercícios	
	2017	2016
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de Clientes	3.034.575,98	2.753.795,70
Pagamento a Fornecedores	-3.034.596,52	-2.554.164,66
Pagamentos ao Pessoal	-863.113,20	-885.652,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-863.133,74	-686.021,63
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-11.180,27	-7.570,18
Outros recebimentos / pagamentos	1.202.184,26	648.586,00
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>327.870,25</b>	<b>-45.005,81</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis	-204.404,82	-1.647.212,24
<b>Recebimentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-204.404,82</b>	<b>-1.647.212,24</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos de</b>		
Real. Capital e out. instrumentos capital próprio		1.700.000,00
<b>Pagamentos de</b>		
Juros e gastos similares		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.700.000,00</b>
<b>Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>123.465,43</b>	<b>7.781,95</b>
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	144.010,62	136.228,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	267.476,05	144.010,62

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

<b>Demonstração das alterações no capital próprio no período 2016</b>							Valores em euros	
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
<b>Posição no Início do Período 2016</b>		5 000 000,00	1 000 000,00	55 883,80	(4 761 842,31)	-	(112 972,51)	1 181 068,98
<b>Alterações no Período</b>								
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15 e 16							
Ajustamentos por impostos diferidos								
Aplicação do resultado líquido do período	15	-	-	-	(112 972,51)		112 972,51	-
					(112 972,51)		112 972,51	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>							69 489,52	69 489,52
<b>Resultado integral</b>							182 462,03	182 462,03
Outras operações	13		1 700 000,00					1 700 000,00
		-	1 700 000,00	-	-	-	-	1 700 000,00
<b>Posição no Fim do Período 2016</b>		5 000 000,00	2 700 000,00	55 883,80	(4 874 814,82)	-	69 489,52	2 950 558,50
O Contabilista Certificado				O Conselho de Administração				

<b>Demonstração das alterações no capital próprio no período 2017</b>							Valores em euros	
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
<b>Posição no Início do Período 2017</b>		5 000 000,00	2 700 000,00	55 883,80	(4 874 814,82)	-	69 489,52	2 950 558,50
<b>Alterações no Período</b>								
Aplicação do resultado líquido do período	16	-	-	3 474,47	66 015,05		(69 489,52)	-
				3 474,47	66 015,05		(69 489,52)	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>							(88 498,16)	(88 498,16)
<b>Resultado integral</b>							(157 987,68)	(157 987,68)
<b>Operações c/ Detentores capital no Período</b>								
Realizações de capital	14							-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no Fim do Período 2017</b>		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	(4 808 799,77)	-	(88 498,16)	2 862 060,34
O Contabilista Certificado				O Conselho de Administração				

## **ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **1 Nota introdutória**

#### **1.1 Identificação da Entidade**

##### **1.1.1 Designação da Entidade**

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (CCSG), é uma sociedade constituída em 10 de junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por ações, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

##### **1.1.2 Objeto e finalidade**

Exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49391 - Transporte interurbano em autocarros), assegura no sector o aluguer de autocarros com condutor, para o turismo (CAE 49392 - Outros transportes terrestres de passageiros, diversos, n.e.).

##### **1.1.3 Sede**

A CCSG é a pessoa coletiva nº. 511007116, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

##### **1.1.4 Designação da empresa mãe**

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída em 5 de junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por ações, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objeto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e atuais a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 Euros.

##### **1.1.5 Sede da empresa mãe**

A HF é a pessoa coletiva nº. 511026340, com sede na Travessa da Fundoa, nº5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 9 de abril de 2018, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016.

### **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

### **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## **3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, exceção feita aos bens do equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do ativo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respetivas imobilizações.

As reparações/ manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são ativos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações / manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a CCSG tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade

especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da SG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CCSG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CCSG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2017, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efetuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

<b>Tipo de bens</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções	3 a 43
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

#### **Direitos de concessão**

Os direitos de concessão, para o transporte público de passageiros, são atribuídos por tempo determinado e até 10 anos renováveis, sem ultrapassar o dia 03/12/2019, 13 carreiras foram concedidas, sem valor e não passivas de registo como ativos intangíveis.

#### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida, quando aplicável.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos resultam do reconhecimento da consequência fiscal que ocorrerá no futuro, por efeito das transações e outros acontecimentos da entidade no período.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço. Não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos ativos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

### **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

### **Outros créditos a receber**

Os outros créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados,

sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### **Subsídios e outros apoios de entidades públicas**

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.



Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

#### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex - fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

#### **Ativos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

#### **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 9 de abril de 2018 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço suscetíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 27).

### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

## **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das

estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 e até 31 de dezembro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

#### **Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória**

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o protocolo, assinado em 30/10/2017, há que referir o seguinte:

Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;

Que após o apuramento final, o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2016, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector.

Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o *plafond* máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais.

Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

#### **Vidas úteis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na

condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2017 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correção.

### **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020 e condicionada pela realização do concurso público internacional para a concessão do transporte público da rede interurbana da RAM, conforme estipula o novo regime jurídico do serviço de transporte público.

### **3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## **4 Fluxos de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos à ordem		
Barclays Bank PLC	0,00	0,00
Montepio	3.468,63	3.616,29
Banco Novo	42.451,83	18.733,52
BIC	16.100,03	16.537,19
Banif		375,72
Caixa Geral de Depositos	183.108,61	101.557,11
Millenium BCP	21.046,95	1.890,79
IGCP	300,00	300,00
	<b>267.476,05</b>	<b>144.010,62</b>

## **5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

## 6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	392.884,00	392.884,00
Edifícios e outras construções	1.408.087,86	1.408.087,86
Equipamento básico	9.727.783,50	10.296.561,07
Equipamento administrativo	45.832,36	46.345,08
Outros activos fixos tangíveis	21.724,15	21.724,15
	<b>11.596.311,87</b>	<b>12.165.602,16</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	-242.274,85	-250.975,52
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-9.285.749,14	-9.758.626,07
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	<b>-9.528.023,99</b>	<b>-10.009.601,59</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>2.068.287,88</b>	<b>2.156.000,57</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2017, são analisados como se segue:

Rubricas	Saldo inicial	Adições	Abates/alien.	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>				
Terrenos e recursos naturais	392.884,00			392.884,00
Edifícios e outras construções	1.408.087,86			1.408.087,86
Equipamento básico	10.296.561,07	168.678,63	-737.806,24	9.727.433,46
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	46.345,08	331,97	-494,65	46.182,40
Equipamentos biológicos				
Outros activos fixos tangíveis	21.724,15			21.724,15
	<b>12.165.602,16</b>	<b>169.010,60</b>	<b>-738.300,89</b>	<b>11.596.311,87</b>
<b>Depreciação acum e imparidade</b>				
Terrenos e recursos naturais	-3,95			-3,95
Edifícios e outras construções	-47.575,82	-37.846,56		-85.422,38
Equipamento básico	-9.907.919,63	-194.775,52	723.357,80	-9.379.337,35
Equipamento de transporte				0,00
Equipamento administrativo	-41.045,38	-985,43	494,65	-41.536,16
Equipamentos biológicos				0,00
Outros activos fixos tangíveis	-13.056,81	-8.667,34		-21.724,15
	<b>-10.009.601,59</b>	<b>-242.274,85</b>	<b>723.852,45</b>	<b>-9.528.023,99</b>
<b>Total</b>	<b>2.156.000,57</b>			<b>2.068.287,88</b>



Nas adições:

- Em equipamento básico, as adições correspondem essencialmente a reparações efetuadas em órgãos de substituição de viaturas, que por sua vez, deram lugar ao abate dos respetivos órgãos de substituídos;
- Nos abates/alienações, regista o abate de 10 viaturas pesadas para passageiros, de órgãos de substituição de viaturas e de outros equipamentos de bordo, no valor de 593.272,39 euros, de 137.383,85 euros e de 7.150,00 euros respetivamente.

Nas depreciações:

- Em edifícios e outras construções, as amortizações da Estação da Camacha, foram calculadas com base na vida útil remanescente, em relação aos anos atribuídos pela empresa mãe (HF) aquando da sua avaliação em 2010.
- No equipamento básico, são praticamente as amortizações dos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição.

## **7 Acionistas/sócios**

Em 2016, apresentava um saldo devedor de 321.884,93 euros, valor a receber da HF pela venda de títulos de transporte associados à nossa prestação de serviços interurbanos. Fazemos notar que estes valores são de natureza meramente operacional e corrente e não associada à natureza/perspetiva de acionista. No presente exercício foram reclassificados em clientes, Empresa-Mãe.

## **8 Impostos sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício, no valor de 14,08 euros e refere-se à estimativa de imposto corrente apurado com base no lucro tributável e depois de efetuada as devidas correções fiscais.

A CCSG não reconheceu impostos diferidos ativos, de prejuízos fiscais, por não haver expectativa fundamentadas de obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis são analisados como segue:

<b>Data limite de reporte</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
2015		
2017		351.684,19
2018	518.347,53	518.347,53
2022	66.049,91	
2026	527.599,85	527.599,85
2027	207.765,57	207.765,57
	<b>1.319.762,86</b>	<b>1.605.397,14</b>

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos ativos:

<b>Descrição</b>	<b>30/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
	<b>Base</b>	<b>Imposto</b>	<b>Base</b>	<b>Imposto</b>
Prejuízos fiscais 2012			351 684,19	73 853,68
Prejuízos fiscais 2013	518 347,53	108 852,98	518 347,53	108 852,98
Prejuízos fiscais 2014	527 599,85	110 795,97	527 599,85	110 795,97
Prejuízos fiscais 2015	207 765,57	43 630,77	207 765,57	43 630,77
Prejuízos fiscais 2017	66 049,91	14 200,73		
	<b>1 319 762,86</b>	<b>277 480,45</b>	<b>1 605 397,14</b>	<b>337 133,40</b>

Para além dos prejuízos fiscais, que geram impostos diferidos e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

## 9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	1.290.568,98	1.056.767,09
	<b>1.290.568,98</b>	<b>1.056.767,09</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	-23.084,17	1.561,16
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-179.296,37	-180.857,53
	<b>-202.380,54</b>	<b>-179.296,37</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>1.088.188,44</b>	<b>877.470,72</b>

O valor apresentado em clientes gerais, refere-se essencialmente à dívida da HF, 858 mil euros no presente exercício e no anterior de 602 mil euros. As restantes dívidas mais representativas são de agências de viagens e escolas.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>				
Serviços de turismo	177 450,37	1 090,00	-2 058,73	176 481,64
Serviços de transporte interurbano	1 846,00	24 432,90	-380,00	25 898,90
	179 296,37	25 522,90	-2 438,73	202 380,54

As perdas de imparidade registada, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	180 e 365 dias	365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	1.115.210,14	0,00	0,00	175.358,84
	1.115.210,14	0,00	0,00	175.358,84

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo, que deixaram de efetuar serviços e pagamentos e encontram-se ajustados na sua totalidade.

## 10 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	36.334,93	25.168,74
IVA a recuperar	305.558,37	337.693,12
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
Subtotal	341.893,30	362.861,86
Imparidade	-30.310,30	-30.310,30
	<b>311.583,00</b>	<b>332.551,56</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções de imposto sobre o rendimento	9.089,00	9.487,77
Contribuições para a Segurança Social	27.901,68	28.831,07
Outras tributações		
	<b>36.990,68</b>	<b>38.318,84</b>

O imposto sobre o rendimento diz respeito ao imposto IRC a reembolsar deste exercício, 4.512,36 euros e 36.586,07 euros de pagamentos especiais por conta deste e de exercícios anteriores.

A CCSG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC), desde 2013, os quais ascendem a 31 de dezembro de 2017 a 36.586,07 euros. Em face à reduzida expectativa de recuperação, apresentação de prejuízos sucessivos, a CCSG tem registado uma perda por imparidade para cada um dos exercícios e anulado à medida que deixa de ser possível o seu reporte, ou seja dedução à coleta. Neste exercício não foi considerada a imparidade no montante de 6.275,77 euros, referente aos pagamentos de 2017. Por este fato, nas demonstrações financeiras, a CCSG tem a haver do Estado o montante de 36 mil euros e uma imparidade de 30 mil. Esta situação vai ser regularizada no exercício de 2018.

Face ao descrito no quadro abaixo apresentamos uma síntese dos PEC e datas limites para dedução à coleta:

PEC	Data limite de reporte	31-12-2017	31-12-2016
2012	2017		2.909,11 €
2013	2018	7.951,11 €	7.951,11 €
2014	2026	7.505,88 €	7.505,88 €
2015	2027	7.298,63 €	7.298,63 €
2016	2028	7.554,68	7.554,68
2017	2022	6.275,77	
		<b>36.586,07</b>	<b>33.219,41</b>

## 11 Outros créditos a receber

A rubrica de Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos ao pessoal	5 810,00	6 184,14
Outros devedores	467 140,94	411 698,39
Devedores por acréscimos de rendimentos	391 128,23	705 554,19
	864 079,17	1 123 436,72
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período		4 513,69
Imparidade de períodos anteriores	-56 312,17	-60 825,86
	-56 312,17	-56 312,17
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>807 767,00</b>	<b>1 067 124,55</b>

As principais variações dos saldos apresentados são:

Nos outros devedores, é essencialmente a dívida da HF à CCSG e paga de acordo com a sua disponibilidade.

Nos devedores por acréscimos de rendimentos, é praticamente parte da indemnização compensatória do ano de 2017 a ser processada em 2018. No exercício anterior é a de 2016.

## 12 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Activo</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	2.478,25	41.542,36
Outros		
	<b>2.478,25</b>	<b>41.542,36</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Passes	53.489,23	55.386,32
Outros	1.820,40	1.820,40
	<b>55.309,63</b>	<b>57.206,72</b>

Nos gastos a reconhecer, em 2016, o valor corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros e em 2017, a outros seguros.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro e válidos para janeiro do ano de 2018.

### **13 Capital subscrito**

O capital social de 5.000.000 euros, representado por 1.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2017.

### **14 Outros instrumentos de Capital**

O Capital Próprio, que no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

Em 31/12/2017 totalizava 2.700.000,00 euros.

### **15 Reservas legais**

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31/12/2017 era no montante de 59.358,27 euros e no período homólogo de 55.883,80 euros.

### **16 Resultados transitados**

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 66.015,05 euros, apresentando um valor acumulado de 4.808.799,77 euros negativos.

## 17 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Não corrente</b>		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores		
Pessoal		
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	229.631,24	229.765,06
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	226.221,79	202.920,50
Outros credores por acréscimos de gastos	4.959,06	8.390,26
Benefícios pós-emprego		0,00
Credores por subscrições não liberadas		0,00
Outros credores	179.927,03	192.656,82
Pessoal	715,67	1.231,27
	<b>641.454,79</b>	<b>634.963,91</b>

Em Fornecedores de Investimento os valores em aberto referem-se essencialmente à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, contabilizados em investimentos, fornecidos pela empresa Mãe – HF, bem como do valor final a pagar referente à aquisição da Estação da Camacha, que de acordo com o contrato de promessa de compra e venda, será liquidado aquando da escritura final, à data deste relatório ainda não foi efetuada.

Em outros credores, é praticamente os serviços fornecidos pela Empresa-Mãe HF.

## 18 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c		
Gerais	4.571,90	35.501,94
Empresa-mãe	946.632,82	1.224.246,95
Facturas em recepção e conferência		
Adiantamentos		
	<b>951.204,72</b>	<b>1.259.748,89</b>

Em fornecedores gerais, é o seguro de viaturas registado em 2017 que justifica a variação.

Em Fornecedores Empresa-Mãe, HF, refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/reparação de viaturas e é liquidado de acordo com as suas disponibilidades financeiras.

## 19 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Serviços prestados</b>		
Bilhetes	1.237.169,26	1.222.742,22
Vinhetas e passes	1.110.506,83	1.146.518,35
Turismo e outros	751.156,27	926.894,54
	<b>3.098.832,36</b>	<b>3.296.155,11</b>

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

Em serviços prestados, menos 197 mil euros que no ano anterior, distribuído pelos seguintes serviços:

- No interurbano, no valor aproximado de 30 mil euros, sendo justificado pela redução dos títulos passes/passes sociais em 10 mil euros e de 35 mil euros nos passes estudante. De realçar que os passes sociais apresentam um aumento de 23 mil euros, contrariamente ao título passe que reduz em 33 mil euros. Os bilhetes vendidos a bordo registam um aumento de 15 mil euros e o bilhete de um dia reduz em mil euros;
- No serviço de aluguer/turismo menos 167 mil euros, é resultado, em parte, do reflexo do envelhecimento da frota, que atingiram o seu fim de vida útil e pela falta de investimento na aquisição de novas, que comprometem a competitividade e, por conseguinte, a falta de encomendas e recusa da prestação de alguns serviços por parte da CCSG.

## 20 Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios à exploração/Indemnizações compensatórias	823.938,57	753.523,60
	<b>823.938,57</b>	<b>753.523,60</b>

Nos subsídios à exploração, 66 mil euros, sendo respeitante ao acerto do valor do ano de 2016. O valor respeitante a 2017 poderá ser alterado, de acordo com protocolo assinado em 30/10/2017, em resultado do apuramento final a ser efetuado em 2018.



O protocolo acima, tal qual nos anos anteriores, refere o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2017, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, será efetuado pela Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, outorgante deste protocolo, até 31/08/2018;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2016, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

**21 Fornecimento e serviços externos**

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Subcontratos	30 012,97	68 495,98
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	64 004,73	9 096,15
Publicidade e propaganda	2 882,25	3 884,52
Vigilância e segurança	4 722,00	
Honorários	500,00	125,00
Comissões	28 947,21	30 028,11
Conservação e reparação	1 002 151,76	1 019 706,23
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	97,78	6,80
Material de escritório	1 288,00	797,00
Outros	193,14	507,10
Energia e fluidos:		
Electricidade	3 718,00	752,99
Combustíveis	892 228,57	832 587,53
Água	470,85	3 958,21
Outros fluidos	2 884,09	
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	47,04	536,93
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	6,77	
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	75 672,00	114 989,06
Comunicação	9 387,76	10 153,97
Seguros	98 188,89	104 028,79
Contencioso e notariado	2 124,37	535,00
Despesas de representação	70,41	
Limpeza, higiene e conforto	6 171,06	9 394,51
Outros serviços	10 533,76	9 172,87
	<b>2 236 303,41</b>	<b>2 218 756,75</b>

Os fornecimentos e serviços externos, apresentam uma redução de 18 mil euros em relação ao ano anterior e destacam-se as seguintes variações:

- Nos subcontratos, menos 38 mil euros, pela redução de serviços requisitados no exterior, nomeadamente à empresa-Mãe, HF;

- Trabalhos especializados, mais 55 mil euros, praticamente pela alteração da contabilização, neste exercício, dos serviços prestados pelo desempenho de cargos sociais pela HF, Empresa-Mãe, anteriormente contabilizados em gastos com o pessoal;
- Na conservação e reparação de viaturas, menos 18 mil euros, por análise, antiguidade e estado de conservação, foi evitado reparar viaturas que implicasse elevados custos;
- No gasóleo, em mais 60 mil euros e deveu-se essencialmente ao aumento do valor unitário de aquisição;
- Nas rendas e alugueres a redução dos estacionamento na Estação da Camacha, atendendo que esta foi adquirida pela CCSG em 2016.

Nas restantes rubricas nada de relvo a destacar.

## 22 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações dos órgãos sociais		35.433,12
Remunerações do pessoal	1.218.929,33	1.203.438,71
Outros benefícios		
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	264.123,37	257.380,84
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	12.022,32	11.804,44
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	2.240,00	572,50
	<b>1.497.315,02</b>	<b>1.508.629,61</b>

As remunerações dos órgãos sociais são valores atribuídos à empresa-mãe, HF, pelo desempenho de cargos sociais naCC SG a diferença para este exercício é pelo fato de ter sido optado por contabilizar este tipo de serviço em trabalhos especializados, fornecimentos e serviços externos.

Na rubrica, gastos com o pessoal, 24 mil euros, sendo justificado praticamente pelo aumento das horas extraordinárias.

O número de colaboradores reduziu de 69 para 67.

Distribuição do pessoal em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Órgãos sociais		
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores		
Quadros médios		
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	1	1
Profissionais semi-qualificados	65	67
Contratados a prazo		
	<b>67</b>	<b>69</b>

## 23 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos suplementares	4.211,21	21.349,05
Outros	6.130,09	5.820,73
	<b>10.341,30</b>	<b>27.169,78</b>

Em outros rendimentos suplementares, refere-se essencialmente a publicidade efetuada em viaturas do serviço interurbano em 2016.

## 24 Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	80,00	284,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	540,33	1.446,18
Investimentos não financeiros	12.258,86	11.927,01
Outros	3.196,23	9.771,63
	<b>16.075,42</b>	<b>23.428,82</b>

Nos investimentos não financeiros, refere-se essencialmente ao abate de 10 viaturas e de órgãos de substituição de viaturas.

## 25 Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Gastos</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	242.274,85	250.975,52
<b>Reversões</b>		
	<b>242.274,85</b>	<b>250.975,52</b>

Pela análise do quadro acima, não se verifica qualquer variação significativa, no entanto há que relevar o seguinte:

- Em edifícios e outras construções, as amortizações do edifício da Estação da Camacha;
- Em equipamento básico, são praticamente as amortizações dos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição, atendendo que as viaturas estão praticamente amortizadas pelo esgotamento de sua vida útil.

## 26 Divulgações de partes relacionadas

A CCSG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A (HF).

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão da CCSG.

Foi atribuído à empresa – mãe, HF, uma remuneração no montante de 35.433,12 euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão na CCSG.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Vendas e prestações de serviço</b>		
Empresa-mãe	1.181,90	2.391,13
Outras partes relacionadas		
<b>Gastos</b>		
Empresa-mãe	-2.223.044,05	-3.975.762,62
Outras partes relacionadas	-500,00	-125,00
	<b>-2.221.862,15</b>	<b>-3.973.371,49</b>

A variação mais significativa, resulta da aquisição da Estação da Camacha à HF em 2016 e as restantes transações referem-se a fornecimentos e serviços externos, nomeadamente combustíveis e conservação e reparação de viaturas.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
<b>Activos</b>		
Empresa-mãe	1.261.003,64	1.273.502,45
<b>Passivos</b>		
Empresa-mãe	-1.331.232,53	-1.637.902,40
	<b>-70.228,89</b>	<b>-364.399,95</b>

No ativo, refere-se à dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da CCSG.

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efetuados pela HF, nomeadamente, gasóleo e serviços de manutenção de viaturas.

## **27 Acontecimentos após a data de balanço**

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da empresa.

## 28 Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

**Anexo ao relatório do conselho de administração**  
a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais

<b>ORGÃOS SOCIAIS</b> (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C.)	<b>N.º. ACÇÕES</b> EM 31/12/2016	<b>N.º. ACÇÕES</b> EM 31/12/2017
<b>Exercício de 2016, até 31/03/2016:</b>		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		
<b>Exercício de 2016, a partir de 01/04/2016:</b>		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira do Couto Cardoso Susana Maria Florenço Pinto Correia		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, SROC, Lda. n.º 29 Rep. por João Paulo Torres da Cunha Ferreira - Roc. n.º 952		
<b>ACCIONISTAS</b> (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	<b>N.º. ACÇÕES</b> EM 31/12/2016	<b>N.º. ACÇÕES</b> EM 31/12/2017
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1000 000	1000 000

**Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.**

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2017

a seguinte posição:

<b>ACCIONISTAS</b>	<b>N.º. ACÇÕES</b>	<b>%</b>
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1000 000	100,00%

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A. (adiante também designada por Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 4 547 020 euros e um total de capital próprio de 2 862 060 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 88 498 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção de que:

As contas do exercício de 2016 contemplaram um reforço de capital, por via de prestações suplementares de capital, em 2 700 000 euros, que permitiu voltar a colocar os capitais próprios dentro dos limites legais, conforme previsto no artigo 35º



do Código das Sociedades Comerciais. Não obstante este incremento, refira-se que, na medida em que as demonstrações financeiras foram preparadas na ótica da continuidade das operações, e este ano volta a ter resultados negativos, a Empresa encontra-se dependente do equilíbrio dos gastos de exploração com os proveitos de exploração, no sentido de mitigar o suporte financeiro do acionista. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

No exercício anterior, dada a ausência de celebração de contrato relativo ao pagamento de compensações por obrigações de serviço público referentes a 2016, a CCSG procedeu ao acréscimo desse rendimento por valor idêntico ao do protocolo 2015, de 693 766 euros, tendo o referido Contrato de Serviço Público sido assinado em 30 de outubro de 2017. Pela Resolução nº 811/2017, de 30 de outubro de 2017, foram definidos os valores das compensações compensatórias, devidas por obrigações de Serviço Público, para os exercícios económicos de 2016, 2017 e 2018, até à conclusão do procedimento concorrencial previsto para a atribuição do Serviço Público, limitado a 31 de julho de 2018. Em 2017, o valor registado em subsídios à exploração, de 823 939 euros, corresponde a: (i) Insuficiência de estimativa do valor acrescido em 2016, face ao valor aprovado pela resolução nº 811/2017, de 65 087 euros; e (ii) Indemnização compensatória fixada para 2017, de 758 852 euros. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

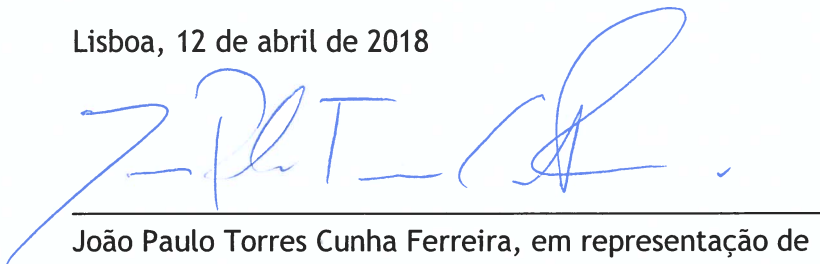
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2018



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de  
BDO & Associados - SROC

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

### *Relatório*

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2017, a atividade da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

### *Parecer*


Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2017;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 12 de abril de 2018

O FISCAL ÚNICO



---

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de  
BDO & Associados - SROC, Lda.